



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

RESOLUÇÃO Nº 10 /2024

Altera a redação do art. 18 da [Resolução nº 41, de 10 de dezembro de 2020](#), que trata da regulamentação da atividade de juiz leigo.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar a prestação jurisdicional no âmbito dos Juizados Especiais do Estado da Paraíba, envolvendo os Juizados Cíveis, Fazendários, Criminais, Mistos e as respectivas Turmas Recursais, para fins de incrementar a produtividade e reduzir o tempo médio de tramitação dos processos;

CONSIDERANDO a necessidade de estimular a atuação dos juízes leigos, especialmente nos Juizados Especiais Cíveis e de competência mista, em face da complexidade e ineditismo das questões jurídicas apresentadas;

CONSIDERANDO a necessidade de implementar os ajustes necessários na parte técnica e operacional, sobretudo por parte da DITEC e DIFIN, oportuno estabelecer um prazo de vacatio legis de 60 (sessenta) dias para a vigência desta Resolução, aplicando-se a [Resolução TJPB nº 03, de 28 de janeiro de 2022](#), nesse período de vacância da norma;

CONSIDERANDO a política permanente de incentivo à conciliação nos Juizados Especiais e os termos do processo administrativo nº 2023.051.903;

RESOLVE:

Art. 1º O art. 18 da [Resolução nº 41, de 10 de dezembro de 2020](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. O valor de cada ato homologado será de:

I – R\$ 82,00 (oitenta e dois reais) para os juízes leigos com atuação nos Juizados Especiais Cíveis e de competência mista, se as minutas forem apresentadas em até 30 (trinta) dias da ida dos autos aos juízes leigos;

II – R\$ 72,00 (setenta e dois reais) para os juízes leigos com atuação nos Juizados Especiais Cíveis e de competência mista, se as minutas forem apresentadas entre 31 (trinta e um) e 60 (sessenta) dias da ida dos autos aos juízes leigos;

III – R\$ 66,00 (sessenta e seis reais) para os juízes leigos com atuação nos Juizados Especiais Cíveis e de competência mista, se as minutas forem apresentadas após 60 (sessenta) dias da ida dos autos aos juízes leigos;

IV – R\$ 76,00 (setenta e seis reais) para os juízes leigos com atuação nos demais Juizados Especiais, se as minutas forem apresentadas em até 30 (trinta) dias da ida dos autos aos juízes leigos;

V – R\$ 70,00 (setenta reais) para os juízes leigos com atuação nos demais Juizados Especiais, se as minutas forem apresentadas entre 31 (trinta e um) e 60 (sessenta) dias da ida dos autos aos juízes leigos;

VI – R\$ 66,00 (sessenta e seis reais) para os juízes leigos com atuação nos demais Juizados Especiais, se as minutas forem apresentadas após 60 (sessenta) dias da ida dos autos aos juízes leigos.

§ 1º Os valores previstos neste artigo serão pagos exclusivamente pelas minutas de sentença que implicarem a resolução do mérito da demanda, nos termos do art. 17 desta Resolução.

§ 2º O tempo para apresentação da minuta será computado a partir da data em que os autos forem remetidos ao juiz leigo, por meio eletrônico, ou disponibilizados fisicamente na respectiva unidade judiciária.”

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

Parágrafo único. [A Resolução TJPB nº 03, de 28 de janeiro de 2022](#), continuará a vigor no interregno do prazo fixado no *caput* deste artigo.

Gabinete da Presidência, datado e assinado eletronicamente.

Desembargador JOÃO BENEDITO DA SILVA
Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba

Este texto não substitui o publicado no DJe de 05.07.2024.